



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATENÇÃO

Pedimos aos interessados na participação do presente processo para que leiam atentamente o edital e seus anexos para que formulem proposta condizente com as características mínimas de qualidade e demais exigências do instrumento convocatório, inclusive o preço, para que não incorra em possíveis penalidades.

O Acórdão nº 754/2015 do Plenário do TCU, determina expressamente que a Administração Pública instaure processo administrativo para aplicação de sanções administrativas às empresas que pratiquem, injustificadamente, tanto na fase licitatória quanto na contratual, ato tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023 PROCESSO Nº 104/2023 (LICITAÇÃO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO)

A presente licitação obedecerá às condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº. 424 de 25 de outubro de 2013, pelo Decreto nº 31, de 07 de abril de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Sendo que no critério de julgamento para as, micro e pequenas empresas, serão admitidas as prerrogativas contidas na Lei complementar 123/2006 e Lei Municipal 3.156/2011, a qual confere preferência de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte com inscrição no Município de Manhuaçu - MG (ver item 14.1.5).

Conforme facultado pelo art. 191 da Lei 14.133/2021, este processo licitatório adotará os critérios estabelecidos pela Lei 8.666/93 e pela Lei 10.520/02.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU-MG.

DA ABERTURA DA SESSÃO E LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Fim do recebimento (propostas e documentos): 20/12/2023 às 08h00min

Início da análise das propostas: 20/12/2023 às 08h30min

Fim da análise das propostas: 20/12/2023 às 08h50min

SESSÃO PÚBLICA: 20 DE DEZEMBRO DE 2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h00min (horário de Brasília/DF)



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL - www.bll.org.br ou <https://bllcompras.com/Home/Login> ou <https://www.manhuacu.mg.gov.br>

ENDEREÇO: Praça Cinco de Novembro, nº. 381, Centro, Manhuaçu/MG.

LOCAL: www.bll.org.br - <https://bllcompras.com/Home/Login>

ÁREA SOLICITANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

A PREGOEIRA da Prefeitura Municipal de Manhuaçu, designado pela Portaria nº. 73 de 25 de abril de 2023, juntamente com a Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº. 72, de 25 de abril de 2023, comunicam aos interessados que em conformidade com o exigido no **Art.49, da Lei 123/2006** fará realização de **licitação para Ampla Participação, na modalidade Pregão Eletrônico Nº. 76/2023, sob a forma de SRP Sistema de Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO, julgamento por ITEM**, com a finalidade de selecionar a melhor proposta visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU-MG**, conforme especificações do Termo de Referência.

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Manhuaçu, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerado e transferidos para o aplicativo "Bolsa de Licitações do Brasil", constante da página eletrônica do BLL - Licitação do Brasil, no endereço www.bll.org.br ou <https://bllcompras.com/Home/Login> com acesso simultâneo nas duas opções.

2 - DO OBJETO:

2.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", ATENDENDO A NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU-MG**, conforme especificações do Termo de Referência o qual descreve as condições e características mínimas do objeto a ser adquirido.

2.2 A periodicidade da coleta bem como os locais de recolhimento está estipulados no ANEXO XI deste edital.

2.3 A quantidade estimada de resíduos gerados será de aproximadamente 3.000 kg por mês de RSC podendo variar para mais ou para menos.



2.4 Para o acondicionamento desses resíduos, deverá ser fornecido à contratante, em regime de comodato bombonas fabricadas com material de polietileno de alta densidade com tampas (de acordo com a necessidade de cada unidade), em tamanhos e quantidades necessários para acondicionamento dos resíduos no estado sólido e líquido, que deverão ser substituídos a cada recolhimento por outras limpas e desinfetadas.

2.5 O Sistema de Registro de Preços não obriga a contratação, nem mesmo os que constam indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição de acordo com suas necessidades.

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA DESPESA:

3.1 - Nas licitações com sistema de registro de preços não é necessário a indicação de recursos orçamentário conforme § 2º, art. 7º do Decreto nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de preços previsto no art. 15 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

- De acordo com levantamento prévio o valor total estimado é de R\$ 215.280,00 (duzentos e quinze mil duzentos e oitenta reais).

4 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS:

4.1 - Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, no site www.manhuacu.mg.gov.br/ e no www.bll.org.br ou <https://bllcompras.com/Home/PublicAccess> pelo email licitacao@manhuacu.mg.gov.br ou ainda, poderá ser obtida na sala da Divisão de Licitação, no horário de 09 às 16 horas, ao custo de R\$ 0,20 (vinte centavos) por folha, referente às cópias reprográficas.

4.2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.manhuacu.mg.gov.br e no www.bll.org.br, bem como as publicações no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e/ou Diário Oficial do Município, quando for caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o email licitacao@manhuacu.mg.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

4.3.1 - As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por email ou disponibilizadas no site www.manhuacu.mg.gov.br e no www.bll.org.br ou <https://bllcompras.com/Home/Login>, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

5 - DA IMPUGNAÇÃO:

5.1 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser inserida na plataforma no endereço www.bll.org.br, conforme previsto no Artigo 23 do Decreto nº 31, de 22 Março de 2021, republicado em 07 de Abril de 2022.

5.2 - A petição deverá ser assinada pela impugnante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).



5.3 - O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outro endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, seja intempestivas.

5.4 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.5 - A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante por email, no prazo de 02 (dois) dias úteis, será disponibilizada no site www.manhuacu.mg.gov.br e/ou no www.bll.org.br para conhecimento de todos os interessados.

6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.2 - Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

6.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

6.2.1.1 - *Nota Explicativa: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação a conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências prevista neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no present certame.*

6.2.2 - estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Manhuaçu - MG;

6.2.3- sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Administração Pública;

6.2.3.1 O impedimento de que trata os itens 6.2.2 e 6.2.3, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada; inclusive a sua controladora, controla ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

6.2.4 - estejam sob falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução ou liquidação;

6.2.4.1 - Ficam excetuadas deste impedimento as empresas que estiverem com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, e apresentarem o plano de recuperação devidamente aprovado e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº. 11.101/2005.

6.2.5 - isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo o qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) de capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;

6.2.6 - sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Art. 10 da emenda à Lei Orgânica Municipal).

6.2.7 - cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;



7 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.2-O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 7.2.4 - coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 7.2.5 - responder às questões formuladas pelos prestadores de serviço, relativas ao certame;
- 7.2.6 - abrir as propostas de preços;
- 7.2.7 - analisar a aceitabilidade das propostas;
- 7.2.8 - desclassificar propostas indicando os motivos;
- 7.2.9 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- 7.2.10 - verificar a habilitação do proponente;
- 7.2.11 - declarar o vencedor;
- 7.2.12 - receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 7.2.13 - elaborar a ata da sessão;
- 7.2.14 - encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL:

8.2 - Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciado diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.bll.org.br, acesso "credenciamento - licitante (prestadores de serviço)".

8.2.4 - Além dos constantes no referido site, pode-se verificar os seguintes contatos Suporte Fornecedores: (41) 3097-4600 e Contato para treinamento de fornecedores: (41) 3148-9900 ou (41) 99107-9595 (Whatsapp).

8.3 - As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimida através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou email, disponíveis no endereço eletrônico www.bll.org.br.

8.3.4 - Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema Bolsa de Licitações do Brasil poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da BLL, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.bll.org.br.

9 DA PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES:

9.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representant credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no síti www.bll.org.br ou <https://bllcompras.com/Home/Login>.

9.2 - AS PROPOSTAS DE PREÇO ASSINADA E COM CNPJ DEVERÃO SER ENCAMINHADA ELETRONICAMENTE ATÉ DATA E HORÁRIO DEFINIDOS, CONFORME INDICAÇÃO NA PRIMEIRA PÁGIN. DESTE EDITAL (DEVERÃO SER INSERIDAS NA PLATAFORMA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS D HABILITAÇÃO NA ABA PROPOSTA EM PAPEL TIMBRADO, ASSINADA E COM CNPJ).

9.3 - Caberá ao prestador de serviço acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessã pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância d quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



9.4 - Caso haja desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a) quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.4 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

9.5 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o(a) Pregoeiro(a) designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

9.6 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal www.bll.org.br ou <https://bllcompras.com/Home/Login> e/ou www.manhuacu.mg.gov.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

10 - DA PROPOSTA DE PREÇOS:

10.2 - O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O prestador de serviço será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.3 - As propostas encaminhadas terão prazo de validade mínima de **60 (sessenta) dias** consecutivos contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

10.4 - Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

10.4.4 - Os serviços ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

10.4.5 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR UNITÁRIO** do item, em duas casas decimais.

10.5 - Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações do item 10.2 no campo apropriado do sistema da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), **sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio, sujeito a desclassificação.**

10.6 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre a prestação do serviço licitado.

10.7 - **Qualquer menção a marca que porventura conste deste edital na descrição ou em seus anexos, configuram-se como simples expressão de "equivalência" para cotação dos produtos solicitados com qualidade, ou seja, devendo apresentar proposta com características igual ou similar.**

10.8 - A apresentação da proposta implicará pleno conhecimento e aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

11 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:



11.1- A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 9.1, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar aceitabilidade das propostas.

11.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2.1- Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

11.2.2- Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o item.

11.3 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao(a) Pregoeiro(a) abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.

11.3.1- Em regra, a disputa simultânea de itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o(a) Pregoeiro(a) poderá efetuar a abertura da disputa de itens selecionados fora da ordem sequencial.

11.4. O modo de disputa será o tipo "**aberto**". A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos em cada item, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. Assim, não havendo novos lances na forma estabelecida anteriormente, a etapa de lances do referido item encerrar-se-á automaticamente.

11.4.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.

11.4.2 O(A) Pregoeiro(a) tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

11.4.3 Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, linha do item também indica essa fase e, no caso de uma Prorrogação Automática a Plataforma exibirá;

11.5 Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece o artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/ME conforme procedimento detalhado no item 14 deste Edital.

11.6 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após encerramento da etapa de lances.

12 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

12.1 O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por item, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os



prazos para a prestação do serviço, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

12.2 Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o(a) Pregoeiro(a) negociará a redução do preço com o seu detentor.

12.3 Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o(a) Pregoeiro(a) comprovará regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei 10.520/2002, 8.666/93 e do Decreto nº 31, de 22 Março de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022**. O(A) Pregoeiro(a) verificará também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens 13 e 14 deste Edital.

12.3.1 - No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos itens 13 e 14.

12.3.2 - A inobservância aos prazos elencados nos itens 13 e 14, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e conseqüente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

12.3.3 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

12.4 - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

12.5 - **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser "efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017 e Súmula 269 TCU"**.

12.5.1- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.6 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo(a) Pregoeiro(a).

12.7 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.7.1 - A proposta final do licitante arrematante deverá ser encaminhada no prazo máximo de 2 (duas) horas de acordo com o modelo de proposta (ANEXO VII) no sistema eletrônico na aba de "**documentos complementares**". Somente mediante autorização do pregoeiro(a) e em caso de indisponibilidade do sistema será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@manhuacu.mg.gov.br e deverá:

12.7.2 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu



representante legal.

13 - DA HABILITAÇÃO:

13.1 Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme preceitua **Art. 25 do Decreto nº 31 de 22 Março de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022.**

13.2 - Os documentos relativos à habilitação, serão enviados exclusivamente por meio da Plataforma da BLL, por meio eletrônico (upload), conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma www.bll.org.br ou <https://bllcompras.com/Home/Login>.

13.3 - Ocorrendo dúvidas ou dificuldades para envio dos documentos de habilitação ou proposta, nos moldes dos itens 10 e 13 deste edital, deverá ser acionado o suporte da Plataforma BLL, para auxiliá-los no procedimento.

13.4 - Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 30 (trinta) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

13.5 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o(a) Pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

13.6 - Os documentos de habilitação que obrigatoriamente forem anexados no sistema no prazo estabelecido no item 13.1, mas não puderem ser verificados a autenticidade pelos sites oficiais, o pregoeiro deverá promover diligências caso ache necessário, baseando-se no Acórdão 2.036/2022 (Relator Ministro Bruno Dantas)

13.7 - Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pelo ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópia autenticadas em papel.

13.8 - A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

13.9 Os documentos deverão estar devidamente assinados (*preferencialmente de forma digital*) pelo(s) responsável(is) legal(is), e uma vez comparado a assinatura em documentos que já constes nos autos, ser considerado como cópia autêntica, ficando dispensado o envio dos originais posteriormente. "LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018. Art. 3º, II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;".

13.9.1 Conforme previsto no Art. 42. § 3º do **Decreto nº 31 de 22 Março de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022**, os sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.2 A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:



13.10 - Documentos relativos à Regularidade Jurídica:

13.10.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.10.2 No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.10.3 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações, **salvo último consolidação**;

13.10.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.10.5 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.10.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.10.7 O Microempreendedor Individual (MEI) deverá comprovar sua condição mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).

13.10.8 Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova da Situação Regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990), através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação do Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual;

e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Municipal;

f) Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT - Certidão Negativa de Débito Trabalhista, conforme Lei nº 12.440/2011, da sede da licitante).

13.10.9 Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

g) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CONCORDATA). A validade da mesma será de 120 (cento e vinte) dias após a sua emissão, salvo se outra data vier declarada na mesma;

g.1) A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judiciária competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório no termos da Lei 8.666/93.

Obs: Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitações de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e em seus Anexos.

13.10.10 Documentos relativos a Qualificação Técnica:



- h) Certidão de Registro e Quitação (CRQ) da empresa participante e de seus responsáveis técnicos, emitida pelo conselho regional competente da sede da proponente, comprovando atividade social relacionada com o objeto do presente Edital;
- i) Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo conselho regional competente;
- j) Atestado(s) de Capacidade Técnica dos Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, chancelado(s) pelo conselho regional competente, acompanhado (s) da(s) correspondente(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT que comprove(m) a execução dos serviços de maior relevância e valor significativo, conforme discriminado abaixo (ou similares):
- j.1) Serviço de Coleta, Transporte, Recebimento, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS - Classe I
- k) Documento que comprove que o Responsável Técnico possui vínculo profissional com a licitante. A comprovação deste vínculo se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:
- k.1) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, acompanhada da cópia do livro de registro de empregados;
- k.2) Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;
- k.3) Contrato de trabalho devidamente registrado no conselho regional competente da sede da proponente, acompanhado da Certidão de Registro e Quitação (CRQ) e Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) onde deverá constar a proponente e o RT indicado;
- l) Licença para transporte de resíduos de serviços de saúde (RSS) emitida pelo órgão ambiental competente;
- m) Licença ou dispensa para transporte de resíduos classe II (não perigosos) emitida pelo órgão ambiental competente;
- n) Licença para tratamento (autoclavagem ou incineração) dos resíduos de serviços de saúde (RSS) emitida pelo órgão ambiental competente;
- o) Licença para disposição final dos resíduos classe I (Perigosos) e Classe II (não perigosos) do aterro para onde serão enviados aqueles considerados como rejeitos;
- p) Plano de Acionamento Emergencial (PAE) em nome da proponente;
- q) Alvará sanitário em nome da proponente;
- r) Certificados de inspeção veicular válidos, CIV e CIPP;
- s) Certificado de Treinamento dos motoristas válido para Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP);
- t) Comprovante de capacitação dos coletores para coleta, transporte, manuseio dos resíduos de serviços de saúde (RSS) em observância à RDC ANVISA 222/2018;
- u) Certidão negativa de débitos ambientais emitida pelo órgão ambiental estadual da sede da proponente;
- v) Certidão negativa de débitos ambientais emitida pelo IBAMA;
- w) Certificado de Regularidade (CR) válido emitido pelo IBAMA;
- x) Comprovante de cadastro no Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos da sede da



proponente e da sede do aterro para onde serão enviados os rejeitos;

13.10.11 Declarações:

y) Declaração de ter pleno conhecimento dos locais e condições de onde deverão ser efetuado os recolhimentos dos resíduos constantes deste termo de referência; conforme anexo X.

z) Anexo IV - Declaração de cumprimento aos termos dispostos no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

aa) Anexo VI, Declaração no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada, no termos do enquadramento previsto na lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro 2006, e sua alteração dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de Agosto de 2014. A licitante deverá comprovar o enquadramento apresentando um dos comprovantes abaixo:

aa.1) Certidão expedida pela Junta Comercial, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC, **com data de emissão NÃO anterior a 01 de maio de 2023 (para aceitação da mesma, na data da sessão esta deverá estar disponível no site da Junta para conferência); ou,**

aa.2) Se inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, a CERTIDÃO DE BREV RELATO OU EQUIVALENTE, indicando o Enquadramento de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, **com data de emissão NÃO anterior a 01 de janeiro de 2023; ou,**

aa.3) **BALANÇO PATRIMONIAL** do último exercício social **(exercício 2022)**, **acompanhado de Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, devidamente registrados.** (ART. 12 - INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DNRC Nº 102/06, DE 25 DE ABRIL DE 2006, que trata: "Lavrados os termos de abertura e de encerramento, os instrumentos de escrituração dos empresários e das sociedades empresárias, de caráter obrigatório, salvo disposição especial em lei, deverão ser submetidos **autenticação pela Junta Comercial**" (grifo nosso).

13.10.12 Outros Documentos:

bb) Cópia do Documento de Identidade do sócio administrador ou representante legal;

cc) Anexo V - Modelo de Procuração (caso necessário);

dd) Anexo III - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos e Condições de Habilitação;

13.10.12.1. A ausência do documento de comprovação que trata o item 13.10.11 letra aa (aa.1, aa.2 e aa.3) e item 13.10.12. letras bb), cc) e dd), a princípio não será motivo de inabilitação, devendo a licitante vencedora **quando convocada pelo Pregoeiro** anexar o documento na plataforma (documentos complementares) ou envia-lo por email licitacao@manhuacu.mg.gov.br. Caso não tenham sido anexados anteriormente.

13.10.13. Não obstante, eventuais atrasos em relação ao que diz o item acima, ocasionados por caso fortuito, força maior ou outros fatores devidamente justificados pelo interessado, poderá ensejar eventual dilação do prazo a ser acordada com o Pregoeiro, que dará ciência aos demais interessados via chat, conforme entendimento do TCU, que diz: (...) "4.3 Ademais, o item 1.2.3.1 do edital prevê que 'O tempo disposto acima



item 1.2.3 poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro'. Por conseguinte, a dilação do prazo não se deu de forma irregular, uma vez que encontra amparo no instrumento convocatório.". (TCU. Acórdão 2769/2011. Segunda Câmara).

14 - DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS PELA LEI Nº. 123/06 E PELA LEI MUNICIPAL Nº. 3.156/2011.

14.1 - O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá seguir o procedimento descrito abaixo:

14.1.1- Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

14.1.1.1- O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

14.1.2 - Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1o e 2o do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e **Decreto nº 31, de 22 Março de 2022.**

14.1.2.1- Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que não possua inscrição no Município (Lei MUNICIPAL Nº. 3.156/2011).

14.1.2.2 - Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o(a)Pregoeiro(a) convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma dos itens 12.3.1 e 13. deste edital.

14.1.3- Caso ocorra a situação de empate descrita no item 14.1.2.1, o(a) Pregoeiro(a) convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o item no prazo de cinco minutos.

14.1.3.1- Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 14.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

14.1.3.2- A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo(a)Pregoeiro(a), que encerrará a disputa do item na sala virtual, e que deverá apresentar a documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme item 12.3.1 deste edital.

14.1.3.3- O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico



ou após o seu término serão considerados inválidos.

14.1.4- Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo(a)Pregoeiro(a), por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

14.1.4.1- Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 14.1.2.2.

14.1.4.2 - No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o(a) Pregoeiro(a) o fará através do "chat de mensagens".

14.1.4.3- A partir da convocação de que trata o item 14.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, poderá oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do "chat de mensagens", dentro do prazo definido pelo pregoeiro, sob pena de preclusão de seu direito.

14.1.4.4 - Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", conforme estabelece o item 12.3.1 deste edital para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços.

14.1.5 - O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas com inscrição no Município de Manhuaçu, de que tratam a **Lei Municipal nº 3.156, de 20 de dezembro de 2011**, deverá seguir o procedimento descrito abaixo:

14.1.5.1 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.5.1.1 - A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

14.1.5.2. Apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

14.1.5.3. Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.1.5.4. **No caso do empate (Art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006) ocorrer entre empresas enquadradas como ME ou EPP, será assegurado como critério de desempate, a preferência de contratação das microempresas e empresas de pequeno porte com inscrição no Município de Manhuaçu - MG, em conformidade com o art. 24 da Lei Municipal nº 3.156/2011.**

14.1.5.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresenta melhor oferta.



14.1.6 - O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

14.1.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo(a) Pregoeiro(a). O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

14.1.8 - Conforme previsto no Art. 42. § 3º do **Decreto nº 31, de 22 Março de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022**, os sítios eletrônicos oficiais e órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15- DOS RECURSOS

15.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o(a) Pregoeiro(a) informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso motivadamente dentro do prazo de 30 (trinta) minutos, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema BLL.

15.2. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, na **Plataforma BLL**, na opção recurso.

15.2.1 Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recuso. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.3. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

15.3.1 Na hipótese de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

15.3.2 O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3.3 Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.3.4 O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

15.3.5 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

16 - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

16.1 - A Administração Municipal convocará o(s) adjudicatário(s) classificado(s) em primeiro lugar por item para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de



Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades cabíveis.

16.1.1 - O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

16.1.2 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços ao respectivo valor registrado, na seguinte hipótese:

16.1.3 - Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e conseqüente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior.

16.1.4 - Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no subitem 16.1 e 16.1.1 para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo estimado para o item e o período remanescente da Ata anterior.

16.1.5 - O(s) detentor(es) da(s) Ata(s) não se eximirá(ao) das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

16.1.6 - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada fica obrigada a prestar os serviços, nas quantidades indicadas pelo Setor de Compras em cada "Ordem de Fornecimento".

16.1.7 - O Município de Manhuaçu não está obrigado a contratar uma quantidade mínima dos serviços, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da prestação do serviço.

16.1.8 - A existência do preço registrado não obriga o Município a adquirir os serviços que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à empresa registrada preferência em igualdade de condições.

16.1.9 - A empresa que prestarem os serviços que não correspondam às especificações da Ata de Registro de Preços, deverá arcar com os prejuízos causados à administração municipal.

16.1.10 - Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

16.1.11 - É facultada à autoridade responsável pelo fornecimento dos serviços, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17- DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇO REGISTRADO

17.1 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

17.2 - O Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

17.3 - Os serviços licitados deverão ser executados dentro do melhor padrão de qualidade.

17.4 - O prestador de serviço registrado é obrigado a substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do



contrato em que se verificar(em) vícios, defeitos, incorreções e outros.

17.5 A Ata de Registro de Preços firmada com o Município de Manhuaçu não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

17.6 O prestador de serviços Registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência do referido Registro, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

17.7 A tolerância do Município de Manhuaçu com qualquer atraso ou inadimplemento por parte do prestador de serviços Registrado não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o Município exercer seus direitos a qualquer tempo.

17.8 A recusa injustificada do prestador de serviços Registrado em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

18- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - O prestador de serviços terá seu registro cancelado nas seguintes hipóteses:

18.2 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

18.3 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

18.4 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

18.5 - Tiver presentes razões de interesse público.

18.6 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Administração Municipal.

18.7 - O prestador de serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

19- DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - A fiscalização ficará à cargo das secretarias solicitantes, juntamente com a coordenação de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações.

19.2 - O Município de Manhuaçu reserva-se o direito de não receber o(s) itens(s) em desacordo com o previsto neste ato convocatório, podendo rescindir o contrato.

20- DA CONTRATAÇÃO COM OS PRESTADORES DE SERVIÇOS

20.1 A contratação com o prestador do serviço registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.2 As condições da prestação de serviços constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de



Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

20.3 O órgão convocará o prestador de serviços com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

20.4 Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do prestador de serviços e aceita pela Administração.

20.5 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.6 Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante do Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

21- DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento somente será efetuado após conferência dos registros de pesagem das unidades onde será feita a coleta e assinatura do Setor Responsável no verso da nota para efeito de recebimento do serviço.

21.2 Pelo cumprimento do objeto, o Contratante pagará a quantia relativa ao serviço, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

21.3 Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento dos objetos da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

21.4 Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

21.5 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada.

21.6 Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

21.7 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

21.8 Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, mediante aceitação e atesto das notas



fiscais pela Secretaria requisitante, depois de realizado todo processamento contábil.

21.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

21.10 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, **desde que**, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

22 DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

22.2 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Prestador Registrado e a retribuição do Município de Manhuaçu para a justa remuneração da prestação do serviço, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.

22.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes, para mais ou menos, conforme o caso.

22.4 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Prestador Registrado, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente justificarão o reajuste da Ata de Registro de Preços, bem como documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias primas, etc) que comprovem que o registro dos preços tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

22.5 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Município de Manhuaçu, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do Registro de Preços, sem prejuízo da Municipalidade.

22.6 Fica facultado ao Município de Manhuaçu realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pelo Prestador Registrado.

22.7 A eventual autorização da revisão dos preços registrados será concedida após análise técnica e jurídica do Município de Manhuaçu, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Município de Manhuaçu.

22.8 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, o prestador de serviços Registrado não poderá suspender o serviço, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.



22.9 O prestador de serviços Registrado deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos serviços prestados realizados após o protocolo do pedido de revisão.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Pela inexecução parcial ou total das cláusulas e condições estipuladas neste edital por culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá aplicar-lhe as penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os art. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

23.2 Se a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo CONTRATANTE.

23.3 A recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o descumprirem total ou parcialmente os contratos administrativos e/ou as atas de registro de preço celebradas com a Prefeitura Municipal de Manhuaçu/MG, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

I - Advertência escrita - Comunicação formal de desacordo quanto à conduta do prestador do serviço sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II - Multa - Deverá observar os seguintes limites máximos:

- a) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo item;
- b) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do respectivo contrato;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, Contrato/Ata de Registro de Preços, pela recusa injustificada em assinar Contrato/Ata de Registro de Preços ou em retirar a Ordem de Fornecimento;

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Manhuaçu, pelo prazo de até 05 (cinco) anos (art. 48 do **Decreto nº 31, de 22 Março de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022**), bem como impedida de contratar com a Administração Pública (art. 6º, XI da Lei nº 8.666/93) pelo prazo de 02 (dois) anos.



IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do prestador do serviço perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir com o Município de Manhuaçu/MG pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, obedecido o disposto Art. 87, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

§1º - O valor da multa aplicada nos termos do inciso II desta cláusula será descontado dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

§2º - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no contrato.

§3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

24.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Manhuaçu, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

24.2. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Manhuaçu não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato



superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

24.5. Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Prefeitura Municipal de Manhuaçu.

24.6. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.7. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

24.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município e/ou Estado de Minas Gerais.

24.10. A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

24.11. Na hipótese de o adjudicatário não comparecer para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, aplicar-se-á as sanções cabíveis. O(A) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

24.12. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo(a) Pregoeiro(a), comunicando devidamente aos licitantes do Pregão Eletrônico.

24.13. Os casos omissos serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

24.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Manhuaçu.

24.15. Constitui parte integrante deste edital:

24.15.1 - Anexo I - Termo de Referência;

24.15.2 - Anexo II - Modelo de Carta Proposta;

24.15.3 - Anexo III - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos e Condições de Habilitação;

24.15.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Constituição Federal;

24.15.5 - Anexo V - Modelo de Procuração (caso necessário)

24.15.6 - Anexo VI - Modelo de Declaração de Habilitação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

24.15.7 - Anexo VII - Modelo de Carta de Apresentação de Proposta Final;

24.15.8 - Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços;

24.15.9 - Anexo IX - Minuta do Contrato.

24.15.10 - Anexo X - Declaração de ter pleno conhecimento dos locais e condições de onde deverão ser efetuados os recolhimentos dos resíduos.

24.15.11 - Anexo XI - Locais e periodicidade de coleta.

Manhuaçu, 27 de novembro de 2023.

Presidente CPL: _____ MEMBRO CPL: _____
Karine Barbosa Moreira Alves Aline Rosa

MEMBRO CPL: _____ MEMBRO CPL: _____
Márcia Catarina Vargas Vander Salles Pereira

MEMBRO CPL: _____
Geralda de Fátima Dutra Salazar



ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

OBJETO: Constitui objeto deste Termo de Referência, abertura para processo de Licitação na forma de SRP- Sistema de Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU-MG.

1.1. Código CATSERV = 19380

2. JUSTIFICATIVA:

A fim de dar destino final ambientalmente adequado aos resíduos produzidos pelas unidades de saúde e em atendimento as resoluções ANVISA RDC 222/2018, CONAMA 358/05 e a Lei 12.305/10, devido as especificidades e peculiaridades do objeto contratual, visando melhor qualidade e economicidade para a administração pública, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados no município.

A prestação deste serviço tem fundamentação jurídica com base no artigo 225 da Constituição Federal, vejamos: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações"; na Resolução CONAMA 358/2005 que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos RSS; na Lei Federal nº 11.445/2007 que instituiu a Política Nacional de Saneamento e trata da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; na Lei Federal nº 12.305/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); na RDC ANVISA 222/2018 que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos RSS.

Sendo que o Município não dispõe de meios próprios (pessoal especializado, frota e local para tratamento e/ou destinação final ambiental adequada) para a realização das atividades disciplinadas pelos dispositivos legais citados, o que o obriga a socorrer-se da estrutura de terceiros para viabilizar

o cumprimento desses mandamentos legais.

Atualmente contamos com ESF'S, urbanas e rurais, uma unidade do CEAE, uma POLICLINICA, Unidade de Atendimento Intermediário (UAI), três unidades do CAPS, Clínica Veterinária, Canil Municipal, SAMU, e também os setores de ODONTOLOGIA, ORTOPEDIA E RAIOS-X, Setor de



REABILITAÇÃO E OSTOMIA, laboratório da Vigilância Ambiental e Vigilância Ambiental por ocasião da Campanha Antirrábica.

No que tange a periodicidade das coletas em algumas unidades, estas necessidades são em virtude do espaço físico de cada unidade e grande quantidade de resíduos gerados. Acrescentamos a cada ESF do Município o serviço de Odontologia, aumentando consideravelmente a quantidade de resíduos gerados, além de campanhas de vacinação.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU-MG.

A periodicidade da coleta bem como os locais de recolhimento está estipulados no ANEXO XI deste termo.

A quantidade estimada de resíduos gerados será de aproximadamente 3.000 kg por mês de RSS, podendo variar para mais ou para menos.

Para o acondicionamento desses resíduos, deverá ser fornecido à contratante, em regime de comodato bombonas fabricadas com material de polietileno de alta densidade com tampas (de acordo com a necessidade de cada unidade), em tamanhos e quantidades necessários para acondicionamento dos resíduos no estado sólido e líquido, que deverão ser substituídos a cada recolhimento por outras limpas e desinfetadas.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Certidão de Registro e Quitação (CRQ) da empresa participante e de seus responsáveis técnicos, emitida pelo conselho regional competente da sede da proponente, comprovando atividade social relacionada com o objeto do presente termo de referência;

4.2 Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo conselho regional competente;

4.3 Os Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços, deverão dispor de Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, chancelado(s) pelo conselho regional competente, acompanhado(s) da(s) correspondente(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT que comprove(m) a execução dos serviços de maior relevância e valor significativo, conforme discriminado abaixo (ou similares):

4.3.1 Serviço de Coleta, Transporte, Recebimento, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde - RSS - Classe I

4.4 Documento que comprove que o Responsável Técnico possui vínculo profissional com a licitante. A comprovação deste vínculo se fará com a apresentação de um dos seguintes



documentos:

- 4.4.1 Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, acompanhada da cópia do livro de registro de empregados;
- 4.4.2 Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;
- 4.4.3 Contrato de trabalho devidamente registrado no conselho regional competente da sede da proponente, acompanhado da Certidão de Registro e Quitação (CRQ) e Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) onde deverá constar a proponente e o RT indicado;
- 4.5 Licença para transporte de resíduos de serviços de saúde (RSS) emitida pelo órgão ambiental competente;
- 4.6 Licença ou dispensa para transporte de resíduos classe II (não perigosos) emitida pelo órgão ambiental competente;
- 4.7 Licença para tratamento (autoclavagem ou incineração) dos resíduos de serviços de saúde (RSS) emitida pelo órgão ambiental competente;
- 4.8 Licença para disposição final dos resíduos classe I (Perigosos) e Classe II (não perigosos) do aterro para onde serão enviados aqueles considerados como rejeitos;
- 4.9 Plano de Acionamento Emergencial (PAE) em nome da proponente;
- 4.10 Alvará sanitário em nome da proponente;
- 4.11 Certificados de inspeção veicular válidos, CIV e CIPP;
- 4.12 Certificado de Treinamento dos motoristas válido para Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP);
- 4.13 Comprovante de capacitação dos coletores para coleta, transporte, manuseio dos resíduos de serviços de saúde (RSS) em observância à RDC ANVISA 222/2018;
- 4.14 Certidão negativa de débitos ambientais emitida pelo órgão ambiental estadual da sede da proponente;
- 4.15 Certidão negativa de débitos ambientais emitida pelo IBAMA;
- 4.16 Certificado de Regularidade (CR) válido emitido pelo IBAMA;
- 4.17 Comprovante de cadastro no Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos da sede da proponente e da sede do aterro para onde serão enviados os rejeitos;
- 4.18 Declaração de ter pleno conhecimento dos locais e condições de onde deverão ser efetuado os recolhimentos dos resíduos constantes deste termo de referência; conforme anexo X

5. Qualificação Econômico-Financeira:

- 5.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 5.1.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CONCORDATA). A validade da mesma será de 120 dias após a sua emissão, salvo se outra data vier declarada na



mesma;

5.1.2 A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

a) O recolhimento deverá ser realizado na periodicidade disposta no quadro do anexo XI, deste termo de referência, pela empresa CONTRATADA;

b) Todo resíduo deverá ser pesado juntamente com a coordenadora da unidade ou a quem esta delegar; os dados deverão ser registrados e assinados pelos representantes da CONTRATADA e da CONTRATANTE no momento da pesagem. Os registros servirão de base para se proceder mensalmente ao cálculo do quantitativo a ser pago;

c) O veículo deverá estar provido de carroceria especial, fechada, revestida com material liso, impermeável, estanque, que possua capacidade volumétrica mínima para atender a demanda do recolhimento de todos os resíduos de serviço de saúde gerados da Secretaria Municipal de Saúde de Manhuaçu e que atenda a NBR 8.413;

d) Os veículos utilizados para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverão ser lavados e desinfetados após a conclusão de cada ciclo de coleta, em local apropriado para esse fim, e à custa da empresa CONTRATADA;

e) Caberá a CONTRATADA manter fiscalização constante nos locais de armazenamento dos sacos plásticos, garantindo um adequado acondicionamento de acordo com as normas ambientais;

f) Os resíduos recolhidos deverão ser devidamente acondicionados em sacos plásticos especiais, conforme NBR 9190 da ABNT, pelos próprios geradores. Cabe à CONTRATADA comunicar a CONTRATANTE o não cumprimento desta norma imediatamente após a constatação;

g) Os veículos destinados a esses serviços deverão apresentar identificação de "Coleta Resíduos Serviço de Saúde" em local de fácil visualização;

h) A contratada deverá disponibilizar bombonas, portáteis e balanças que se fizerem necessários em regime de comodato, em cada unidade identificada na especificação do objeto, com capacidade respectiva ao recolhimento e periodicidade estabelecida.

i) A CONTRATADA deverá respeitar e fazer com que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados os EPI's básicos de segurança, previstos na legislação de segurança no trabalho.

7. DEVERES DO CONTRATADO E CONTRATANTE:



7.1. CONTRATANTE:

- a)** Prestar as informações necessárias à contratada, para execução dos serviços do objeto licitado;
- b)** Credenciar perante a CONTRATADA, mediante documento hábil, servidores autorizados a acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- c)** Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para que possa desempenhar o objeto do contrato de forma satisfatória;
- d)** Comunicar oficialmente à empresa CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

7.2. CONTRATADA:

- a)** Retirar, imediatamente, qualquer empregado que perturbar o desenvolvimento dos trabalhos ou cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;
- b)** É de sua inteira responsabilidade todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive as de pagamento de seguros contra acidentes de trabalho, responsabilizando-se também por danos a terceiros;
- c)** Repor qualquer bem da Administração Pública e/ou de terceiros, que tenha sido danificado, extraviado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados;
- d)** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência;
- e)** A despesa com transporte e a alimentação dos funcionários necessários à prestação dos serviços são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais/equipamentos empregados;
- g)** É de responsabilidade da CONTRATADA apresentação do certificado da destinação final dos resíduos fornecido pela empresa responsável pelo aterro;
- h)** A Contratada deverá anualmente, celebrar capacitação para os servidores do município que estiverem diretamente ligados ao recolhimento do lixo de cada unidade. Tal capacitação tem por objetivo reduzir os riscos no manuseio dos mesmos e evitar acidentes com perfuro cortantes.

8. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

Os setores solicitantes, juntamente com a coordenação de Vigilância Sanitária e Vigilância



Ambiental estarão como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

9- DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento somente será efetuado após conferência dos registros de pesagem das unidades onde será feita a coleta e assinatura do Setor Responsável no verso da nota para efeito de recebimento do serviço.

9.1 - Pelo cumprimento do objeto, o Contratante pagará a quantia relativa ao serviço, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

9.2 - Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento dos objetos da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

9.3 - Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.4 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada.

9.5 - Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.

9.6 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

9.7 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, mediante aceitação e atesto das notas fiscais pela Secretaria requisitante, depois de realizado todo processamento contábil.

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA:

- Josimar Magela dos Santos - Diretor administrativo SMS
- Sandro de Souza Tavares - Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
- Ana Lígia de Assis Garcia - Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II - MODELO DE CARTA PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023

Item*	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00000885	COLETA DE LIXO registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final de resíduos de saúde dos grupos a b e, atendendo as necessidades da secretaria municipal de saúde de manhuaçu-mg. a quantidade estimada de resíduos gerados será de aproximadamente 3.000 kg por mês de rss, podendo variar para mais ou para menos.		KILO	36.000		

- Prazo de validade da proposta **60 (sessenta) dias**.

- Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR UNITÁRIO**, com duas casas decimais.

* **OBS: SOMENTE MODELO, PODERÁ SER PREENCHIDO EM PAPEL COMUM CONTENDO A DESCRIÇÃO DO ITEM, PREÇO UNITÁRIO, PREÇO TOTAL DO SERVIÇO OFERTADO.**

* **ESTA PROPOSTA DEVERÁ SER INSERIDA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NA ABA PROPOSTA EM PAPEL TIMBRADO, ASSINADA E COM CNPJ**

Observação: por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante durante a fase de lances. (exemplo: durante o chat com o Pregoeiro)

(Obrigatorio inserir na plataforma BLL)



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS E

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023

A empresa _____, C.N.P.J. nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 76/2023, sob a forma de Registro de Preços**, da Prefeitura Municipal de Manhuaçu, nos termos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e **Art. 105 da emenda à Lei Orgânica Municipal**. Que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital. (Conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Obs.: Independente da não utilização deste modelo de declaração, ao apresentar este documento a licitante declara conhecer na íntegra as exigências e proibições deste edital e seus anexos, em especial os fatos impeditivos que trata o Art. 105 da Lei Orgânica Municipal.

Texto da lei orgânica Art 105: O prefeito, os vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles, exceto em relação aos Vereadores, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção e os servidores e empregados públicos municipais não poderão contratar com o Município, subsistido a proibição, até seis meses após findarem as respectivas funções. (Alterado pela Emenda à Lei Orgânica Municipal 004/2009).

Obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local de data,

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Assinar (preferencialmente de forma digital) e inserir na plataforma da BLL)



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e Data.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Assinar (preferencialmente de forma digital) e inserir na plataforma da BLL)



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V - MODELO DE PROCURAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023

A _____ (nome da proponente) _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, neste ato representada pelo (s) (sócios ou diretores com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu (s) Procurador (es) o Senhor (es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere (m) amplo (s) e geral (ais) poderes para, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade Pregão Eletrônico, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

_____, ____ de _____ de _____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Assinar (preferencialmente de forma digital) e inserir na plataforma da BLL)



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (se for o caso)

PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____, CNPJ n _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **Pregão Eletrônico nº. 76/2023, sob a forma de Registro de Preços**, realizado pela Prefeitura Municipal de Manhuaçu -MG.

Local e data: _____

Assinatura do representante **(preferencialmente de forma digital)**.

Nome do representante: _____

RG n. _____

(Assinar (preferencialmente de forma digital) e inserir na plataforma da BLL)



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PREFEITURA
MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023
TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023		
Prestador:		
CNPJ:		Inscrição Estadual:
Endereço:		Bairro:
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:		E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.		
CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:		
<i>Senhor Prestador de serviços: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital.</i>		

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01					
...					

Valor Total e final por extenso R\$(.....)

IMPORTANTE:

Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao prestador do serviço caiba qualquer reclamação ou indenização.

A participação no presente certame implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.

Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

_____ de _____ de ____.

Nome do responsável legal da empresa



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RG do responsável CPF do responsável

Obs.: A ser apresentada mediante solicitação do Pregoeiro.

(Assinar (preferencialmente digital) e inserir na plataforma da BLL)



ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2023

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG; inscrito no CGC/MF n.º18.385.088/0001-72, neste ato representado pelo Secretário Municipal, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua/Praça/Av _____ Doravant denominada CONTRATADA, neste ato representado por seu representante legal in fine assinado, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, em conformidade com o processo licitatório "**Pregão Eletrônico n.º 76/2023**", realizado em ____/____/____, e que reger-se-á pela 10.520/2002, pelo Decreto nº. 424 de 25 de outubro de 2013, pelo **Decreto nº 31 de 22 Março de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022**, subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme as cláusulas e condições abaixo :

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU-MG**, conforme especificações do Termo de Referência, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá **validade de 12 (doze) meses**.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município.

3.2. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor do serviço, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.3. Caso o fornecedor do serviço não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.4. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior a média dos preços de mercado, e o fornecedor do serviço, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam nos subitens anteriores, o gerenciador



procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Manhuaçu, observadas as exigências contidas no Decreto n.º 424/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços e as especificações do objeto registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	
Valor total por extenso:				

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério da Prefeitura Municipal de Manhuaçu/MG, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito, aceita pelo Órgão Gerenciador, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n.º 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia relativa ao efetivo fornecimento dos serviços, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

7.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento dos serviços, objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

7.3. **O pagamento será em até 15 (quinze) dias**, após processamento contábil, através de depósito bancário, que será realizado pelo Setor de Finanças desta Prefeitura, depois de ter comprovado o atendimento com as exigências expressas no Termo de Referência.

7.4. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.



7.4.1. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

7.4.2. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

7.4.3. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.

7.4.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor do serviço, o preço, e as especificações dos produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

8.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

8.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

8.4. Consultar o prestador de serviço registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em prestar os serviços a outro órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;

8.5. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições, na presente Ata.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obriga-se a:

9.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

9.2. Consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias ao fornecimento dos serviços pretendido;

9.3. Verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

9.4. Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

9.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS

10.1. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não da execução do objeto a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;



10.2. Aquisição obedecendo rigorosamente ao disposto no **Anexo I (Termo de Referência)** do edital do **Pregão Eletrônico n.º 76/2023**;

10.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata;

10.4. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;

10.5. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de **Pregão Eletrônico n.º 76/2023**.

10.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital **Pregão Eletrônico n.º 76/2023**, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Manhuaçu/MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme Art. 48 do Decreto Municipal nº 31, de 07 de abril de 2022, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

Não celebrar a Nota de Empenho;

Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;

Não manter a proposta, injustificadamente;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração do Município de Manhuaçu, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

Advertência;

a) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo item;

b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do respectivo contrato.

11.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

11.4. Compete ao Secretário(a) da pasta a aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, alíneas "a" e "b", e ao(à) Secretário(a) de Administração, a penalidade de advertência, prevista no item 11.2, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.5. Da aplicação da penalidade prevista nos itens 11.1 e 11.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias



úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

11.6. As sanções previstas no item 11.2, alíneas "a" e "b", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

11.7. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF, se for o caso.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registrada por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

12.2. A qualquer tempo, o preço/desconto registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor do serviços para negociar o novo valor compatível ao mercado.

13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

13.1. O prestador dos serviços terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) Não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) Não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir seu preço/desconto registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

13.2. O prestador dos serviços poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. O preço, o prestador dos serviços e a especificação resumida do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicada no DO - Diário Oficial.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram a presente ata o processo Edital do Pregão Eletrônico n.º 76/2023, as propostas com preços e especificações.

16. DO FORO

O Foro do presente contrato será o da Comarca de Manhuaçu -MG, excluído qualquer outro.

Todos os casos omissos do presente instrumento de contrato serão resolvidos de acordo com a Lei

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado eu, _____, Chefe do Departamento Jurídico, do MUNICÍPIO DE MANHUAÇU - MG; lavrei o presente termo em quatro vias de igual forma e teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes (preferencialmente de forma digital) e pelas testemunhas abaixo assinadas.

Manhuaçu (MG), ____/____/____.



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- Contratante -

Município de Manhuaçu

Testemunhas : _____

- Contratada -



ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2023

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG; inscrito no CNPJ/MF nº. 18.385.088/0001-72, neste ato representado pelo Secretário Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXX, e do outro lado, a, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º, com endereço à, n.º,,, /MG, CEP:, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal in fine assinado, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, conforme "**Pregão Eletrônico n.º 76/2023**, realizada em / /2023 e que reger-se-á pela Lei. 10.520/2002, pelo Decreto nº. 424 de 25 de outubro de 2013, Decreto nº 31 de 22 Março de 2022, republicado em 07 de Abril de 2022 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme as cláusulas e condições abaixo:

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE DOS GRUPOS "A" "B" "E", ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU-MG, conforme especificações do Termo de Referência que passa fazer parte, para todos os efeitos, deste Contrato.

1.1 A contratada se compromete a prestar os serviços em conformidade com o especificado na proposta apresentada e de acordo com o solicitado no Termo de Referência do Edital **Pregão Eletrônico n.º 76/2023**, da qual foi vencedora, que ficará fazendo parte integrante deste.

2ª. FORMA DE EXECUÇÃO - Em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência/Anexo I do Edital.

3ª. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O Município de Manhuaçu pagará a contratada pela prestação dos serviços, conforme previsto no Anexo II do referido processo, o valor correspondente ao proposto pela contratada por ocasião do processo licitatório, que foi de R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO ÚNICO -

3.1 - DO PAGAMENTO à CONTRATADA - O pagamento será até 15 (quinze) dias após processamento contábil, em consonância com "Ordem de Fornecimento" - OF", ou documento equivalente ou com o contrato, junto ao Setor de Finanças desta Prefeitura.

4ª. DO PRAZO - O presente instrumento de contrato terá início em ___ / ___ / ___ e término em ___ / ___ / ___.

5ª. DA DESPESA - A despesa deste contrato correrá às contas da Dotação orçamentária: _____ - Elemento de despesa _____ Ficha: _____, do Orçamento relativo ao exercício de _____.



6º. DA FISCALIZAÇÃO - Caberá ao Solicitante, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre o serviço, e, orientar a execução, sem prejuízo da obrigação desta, de fiscalizar seus empregados/subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contratado declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos da inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante, cumprindo de imediato, qualquer determinação emanadas de inspeção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao serviço, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

PARAGRAFO TERCEIRO - Dentre do prazo que se trata o item quatro, se for constatado que o serviço não atende as condições contratuais, o Município de Manhuaçu se reserva o direito de suspender o pagamento até que sanadas as irregularidades.

7ª. DAS PENALIDADES - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará o Contratado às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratante se reserva o direito de descontar da parcela a ser paga à Contratada o valor de qualquer multa por ventura imposta ao Contratado, em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste contrato e que não sejam determinantes de rescisão contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor das multas corresponderá à gravidade da infração, até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, em cada caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor da parcela a ser recebida, além da perda deste responderá o Contratado pela diferença, que será cobrada judicialmente.

8ª. DA RESCISÃO - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no Art. 78, incisos I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba o contratado direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

9ª. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA - O presente contrato não poderá ser objeto da Cessão ou Transferência, no todo ou em parte.

10ª. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO - O Contratante providenciará a publicação do presente contrato.

11.ª DAS RESPONSABILIDADES - O Contratado assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes à boa e perfeita execução do objeto a ser executado, responsabiliza-se, ainda por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado de notificação administrativa ao Contratado, sob pena de Multa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações



vinculadas à Legislação Tributária, Previdenciária ou Securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente ao Contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

PARÁGRAFO QUARTO - O Contratado manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na Licitação.

12ª. DOS TRIBUTOS E DESPESAS - Constituirá encargo exclusivo do Contratado o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução do seu objeto.

13ª. FORO - O Foro do presente contrato será o da Comarca de Manhuaçu-MG, excluído qualquer outro.

Todos os casos omissos do presente instrumento de contrato serão resolvidos de acordo com a Lei.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, eu,....., Assessor Jurídico, do Município de Manhuaçu-MG, lavrei o presente termo em quatro vias de igual forma e teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes **(preferencialmente de forma digital)** e pelas testemunhas abaixo assinadas.

Manhuaçu (MG), ____/____/____.

- Contratante - Município de Manhuaçu

Contratada

Testemunhas:



Anexo X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TER PLENO CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES DE ONDE DEVERÃO SER EFETUADOS OS RECOLHIMENTOS DOS RESÍDUOS

Eu, _____ (representante do licitante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal devidamente constituído da _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, declaro, sob as penas da lei, que possuímos pleno conhecimento dos locais e condições de onde deverão ser efetuados os recolhimentos dos resíduos.

Manhuaçu, ____ de _____ de 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

(Assinar (preferencialmente de forma digital) e inserir na plataforma da BLL)



Prefeitura Municipal de Manhuaçu
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Anexo XI

LOCAIS E PERIODICIDADE DE COLETA

EM ARQUIVO ANEXO